

Um ambiente propício para crescer

Cristina Borges Guimarães *
de São Paulo

O cumprimento da nova meta de superávit primário, de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB), anunciada na sexta-feira pelo ministro da Fazenda, Antônio Palocci Filho, é considerada factível e pode ajudar a construir um ambiente propício para o crescimento econômico.

Na opinião do economista-chefe do **BBV Banco**, Otávio de Barros, a medida tem o papel de recompor expectativas internas e externas em relação ao Brasil e por isso pode ajudar a alavancar o crescimento econômico. "Um superávit primário robusto desativa percepções negativas, melhorando a avaliação do risco Brasil e abrindo espaço para uma redução da taxa de juros". Chamou a nova meta de adequada e responsável.

Também é consenso entre analistas que com o aumento na meta de superávit primário, o governo quer mostrar compromisso de estabilizar a relação dívida pública/ Produto Interno Bruto (PIB). O economista Luiz Gonzaga Belluzo lembra que a revisão da meta é consequência do impacto dos juros sobre a dívida e o baixo crescimento econômico. "Resta saber se esta atitude levará à redução de juros",

disse, ao acrescentar que a queda da Selic (a taxa básica) só virá com a estabilização do câmbio.

A expectativa de Barros é de que caia a relação dívida/PIB, melhorando a avaliação do risco Brasil e trazendo menor pressão cambial. Num cenário de boa fluidez das reformas no Congresso, Barros estima para o final do ano que o risco país gire em torno de 800 pontos e o dólar saia a R\$ 3,25.

A inflação é outro fator que deve beneficiar o cumprimento da nova meta, que na opinião de Barros só pode ser prejudicado pela falta de apoio do Congresso na aprovação das reformas. "É improvável que a nova meta seja frustrada", disse.

O economista sênior da **LCA Consultores**, Francisco Pessoa Faria, acredita que o sucesso da meta dependerá da disciplina e "seriedade" com que o governo realizará gastos públicos. "Em ocasiões passadas, as metas pareciam difíceis, mas foram cumpridas", lembrou Faria. "Pela seriedade como (os membros da equipe econômica) estão propondo essa meta, é porque há condições de realizá-la", afirmou.

De acordo com o economista-chefe do **Lloyds TSB**, Odair

Abate, "caso o governo se auto-determinasse uma meta maior, o custo do não-cumprimento seria maior que os atuais benefícios". Abate considera a meta atual "compatível" com o esforço fiscal realizado no ano passado. A meta de 2002 do governo anterior, de 3,75% do PIB e que no último trimestre de 2002 foi elevada para 3,88%, foi cumprida com relativa folga. Entre janeiro e dezembro passado, o superávit primário alcançou 4,06%.

Para o economista da **Sul América Investimento**, Newton Rosa, se a meta fosse de 4,5% o governo não teria como cumpri-la, porque não contaria com receitas extraordinárias, como ocorreu no governo anterior, que passou a cobrar imposto de renda dos fundos de pensão, por exemplo. Rosa destaca que o governo deve mexer no item discricionário (parte de custeio e capital) para poder cortar despesas, já que não pode alterar as transferências para Estados, Municípios e saúde, por exemplo. "Pelo custeio de capital era o que o governo anterior já vinha fazendo", lembra.

* Colaboraram Adriana Serrano, Alessandra Taraborelli, Fernanda Marin Palacio e Flavia Bohone da *Gazeta Mercantil Tempo Real*